

Palestina e Israel: memórias em disputa em uma reportagem do *Jornal Hoje*

Palestine and Israel: disputed memories in a report by *Jornal Hoje*

Juliana Ferreira de Carvalho

Mestranda em Comunicação
Universidade Federal de Ouro Preto
juliana.carvalho2@aluno.ufop.edu.br

Recebido em: 22/11/2020

Aprovado em: 18/01/2021

Resumo: A rememoração da criação do Estado de Israel, em 1948, revela intensas disputas de memórias entre palestinos e israelenses. Isso porque o que Israel considera como Guerra da Independência, a Palestina entende como *Nakba* que, em português, significa catástrofe. A *Nakba* foi quando cerca de 700 mil palestinos foram expulsos de suas casas por organizações paramilitares sionistas, em 1948. Diante disso, o artigo pretende compreender como se dão essas disputas mnêmicas em uma reportagem exibida no *Jornal Hoje*, na data em que comemorava os 70 anos da fundação de Israel. Pretende-se realizar uma análise crítica de como essas tensões aparecem na reportagem utilizando o conceito de memória.

Palavras-chave: Memória; Palestina; Israel; Telejornal

Abstract: The remembrance of the creation of the State of Israel, in 1948, reveals intense disputes over memories between palestinians and israelis. That's because what Israel regards as the War of Independence, Palestine understands as *Nakba*, which means catastrophe. *Nakba* was when around 700 thousand palestinians were expelled from their homes by Zionist paramilitary organizations, in 1948. In light of this, the article intends to understand how these mnemonic disputes take place in a report shown in *Jornal Hoje*, on the date that celebrated 70 years of the foundation of Israel. It is intended to carry out a critical analysis of how these tensions appear in the report using the concept of memory.

Keywords: Memorie; Palestine; Israel; Newcast

Introdução

A cobertura da situação dos territórios ocupados por Israel na Palestina, apesar de ter um espaço frequente nos telejornais brasileiros, deixa a desejar na contextualização histórica. Em um

levantamento realizado por meio de uma pesquisa na plataforma *Globoplay*, foram identificadas 276 reportagens sobre a situação entre Israel e Palestina.¹ O que se vê, são reportagens retratando os acontecimentos do presente e que pouco se aprofundam nas raízes da questão palestina e nas circunstâncias que antecederam a violência que hoje assistimos pelos jornais. Por vezes, o espectador dessa violência se vê absorto em acontecimentos sangrentos que parecem não fazer o menor sentido. Dessa forma, a reportagem *Criação do Estado de Israel é marcada por conflitos entre árabes e judeus até hoje*,² exibida pelo *Jornal Hoje*, na Rede Globo, no dia 14 de maio de 2018, chamou a atenção primeiro pela duração (seis minutos e 30 segundos), e segundo pela contextualização da história da região palestina, evocando, também, o passado do povo judeu, desde os horrores do Holocausto até o momento de criação do Estado de Israel. A reportagem traz alguns tensionamentos da história ao abordar a questão palestina, mesmo que de forma superficial.

É comum o uso da expressão “conflito Israel-Palestina”. O dicionário *Michaelis online* define a palavra *conflito* como “Encontro de coisas que se opõem ou divergem”. Embora o mesmo dicionário também defina *conflito* como “Luta armada entre potências ou nações; guerra.”, o historiador israelense Ilan Pappé (2016) defende que o que ocorre na região da Palestina é uma limpeza étnica. Ele diz que,

[...] limpeza étnica é um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas. [...] Os massacres acompanham as operações, mas, quando acontecem, não são parte de um plano genocida, mas sim uma tática crucial para acelerar a fuga da população marcada para expulsão. Mais tarde, os expulsos são apagados da história oficial e popular do país e extirpados da memória coletiva. (PAPPÉ, 2016, p. 23)

Tem-se, portanto, com a afirmação de Pappé (2016), que uma limpeza étnica, além de buscar o aniquilamento de determinadas populações, almeja, também, o aniquilamento de suas memórias, para que estas nunca sejam levadas em consideração ou, sequer, ouvidas. Além disso, o autor aponta, também, para o apagamento dessas populações na História oficial e popular. Ana Paula Goulart

¹ As 276 reportagens identificadas foram transmitidas entre 2012 e 2018 nos seguintes telejornais e programas do canal aberto da Rede Globo: *Jornal Nacional*, *Jornal Hoje*, *Bom Dia Brasil*, *Jornal da Globo*, *Profissão Repórter*, *Jornal do Almoço*, *Bom dia Rio Grande*, *Meio Dia Paraná*, *Jornal do Amazonas*, *Esporte Espetacular*, *Globo Esporte*, *Bom Dia MT*, *SP2*, *RBS Notícias*, *MSTV*, *Bom dia MS*, *Hora 1*, *Fantástico*, *Boa Noite Paraná*, *Diários TV*, *Jornal da EPTV*, *CETV*, *Link Vanguarda*, *MG Inter*, *Encontro com Fátima Bernardes*, *Mais Você*. Esse material compõe a fase metodológica da pesquisa de mestrado que está sendo realizado pela autora. Portanto, o material ainda não foi publicizado.

² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6734597/>

Ribeiro (2000, p. 26) afirma que “Um fato, para ser considerado histórico, deve estabelecer inúmeras relações com outros eventos, considerados num encadeamento causal”, o que não significa dizer que a História, por si, não é, como a memória, seletiva. “A memória social funciona e se constitui como instrumento de poder.” (RIBEIRO, 2000, p. 31). Nesse sentido, Ribeiro (2000, p. 32) complementa que “a História sempre manteve uma certa cumplicidade com o discurso do poder, o que nos permite caracterizá-la como uma memória de caráter oficial.”.

Das afirmações de Ribeiro (2000), chegamos ao caso aqui analisado e podemos levantar as seguintes premissas: a memória oficial está do lado de Israel, enquanto a Palestina se ancora em memórias subterrâneas que não encontram representação na mídia e na História oficial.

Na contramão da forma como geralmente é noticiada a situação israelo-palestina, na reportagem do *Jornal Hoje* são retomadas as raízes do que hoje é entendido por “conflito Israel-Palestina”, voltando não apenas a 1948 para explicar o desenrolar dos acontecimentos na região, como também no Holocausto. Entende-se que esta última manobra, perigosa e cheia de falhas, pode acarretar em uma responsabilização dos palestinos pelo que foi vivido no Holocausto, além de ocultar diversas informações sobre o envolvimento da Europa – principalmente da Grã-Bretanha – na fundação de um Estado judeu através de acordos sionistas.

O sionismo, originado na Europa no final século XIX, foi influenciado pelo nacionalismo que crescia cada vez mais no continente europeu. A principal missão era estabelecer um Estado judaico, sobretudo pelas ligações religiosas e, segundo os sionistas, raciais entre os judeus. Até então, a ideia não havia sido desenvolvida na prática e nem mesmo havia teorias articuladas até 1896, quando Theodor Herzl publicou o livro *Der Judenstaat* que, em tradução livre, pode ser entendido como *O Estado Judeu*. Segundo André Gattaz (2002, p. 22), o documento, que não possui tradução em língua portuguesa, dizia que os judeus deveriam estabelecer seu próprio Estado, sobretudo para fugir das perseguições que sofriam na Europa. Apesar da clássica justificativa religiosa na escolha da Palestina como local ideal para o estabelecimento de um Estado judeu, outros países como Argentina, Uganda e Chipre, também foram considerados. Pode-se entender a escolha da Palestina como uma estratégia em relação a sua localização, sendo mais fácil convencer os judeus espalhados pelo mundo, sobretudo na Europa, a migrarem para a Palestina do que para a Uganda, por exemplo.

Em 1897, o projeto sionista foi oficializado no primeiro Congresso Sionista, promovido por Herzl na cidade de Basileia, localizada na Suíça. O evento contou com a presença de 197 pessoas. O

resultado do encontro foi o Programa do I Congresso Sionista, o qual Gattaz (2002, p. 23) observa que possuía três etapas principais: organização, negociação e colonização. Mesmo com a rejeição de alguns, inclusive judeus, o projeto ganhou forma ao longo dos anos e, de fato, conseguiu ser realizado quase integralmente.

Ainda que o conflito Israel-Palestina não tenha uma cobertura muito aprofundada nos veículos brasileiros de comunicação, sabe-se que a mídia ocupa um lugar importante na sociedade, sendo espaço de manifestação de identidades e representações diversas. Para Silverstone (2002, p. 20), a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum”. A mídia pode direcionar sentidos em relação ao outro, suscitando ou renovando interpretações às quais o público pode conferir a determinados assuntos e indivíduos.

Entende-se que estudar a televisão, é estudar um conteúdo amplamente acessado pela população brasileira, que utiliza do telejornal para se informar diariamente sobre as questões nacionais e internacionais. Segundo Hamburger (2011, p. 64): “Em domicílios de famílias de baixa renda, o aparelho televisor veio antes da geladeira e da máquina de lavar na lista de prioridades”. O telejornal, que faz parte da programação televisiva desde os primórdios da televisão, constitui-se, para muitas pessoas, como um meio de adquirir informação com credibilidade.

Retomando a discussão acerca dos fatos históricos, segundo Ribeiro (2000, p. 41), “Os discursos de determinadas épocas históricas – principalmente os discursos midiáticos – são espaços privilegiados, nos quais se travam as lutas sociais.”. Sendo assim, a mídia e a História possuem aproximações na medida em que através da mídia, a História é contada, recontada, debatida e explorada. Ribeiro (2000) afirma, ainda, que “A mídia é o principal lugar de memória e/ou de história das sociedades contemporâneas” (RIBEIRO, 2000, p. 33). A partir desta premissa, torna-se necessária a reflexão de como as memórias sobre diferentes momentos da História são retratadas nos veículos de comunicação para tentar compreender de que maneira a mídia pode corroborar ou romper com a memória hegemônica.

Fernando Antônio Resende e Leticia Rossignoli (2015), ao realizarem uma análise de narrativas sobre a situação entre Israel e Palestina em matérias veiculadas no antigo jornal impresso *Folha da Manhã*, entre 1936 e 1946, afirmam que “Neste espaço [narrativas midiáticas] no qual sujeitos e fatos são tomados por estereótipos tão maciçamente divulgadas, a reflexão sobre suas lutas

e as formas de inscrição dos poderes é que dá a ver os possíveis deslizes dos significantes a ele vinculados.” (RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015, p. 96). A figura árabe é constantemente alvo de preconceito – violência esta que encontra apoio na mídia, sobretudo em programas de entretenimento, mas também no jornalismo, ainda que de outra maneira. O próprio termo “árabe” é comumente utilizado sem maiores especificações, como se toda a população árabe do Oriente Médio fizesse parte de uma só massa cultural que, inclusive, costuma ser relacionada com o extremismo, a intolerância e a violência.

Considerando as perspectivas apresentadas acima e entendendo o papel das memórias na construção de reportagens no jornalismo, por meio das entrevistas e arquivos utilizados, a análise consistiu em compreender quais as memórias e de que forma foram assimiladas pelo *Jornal Hoje* na exposição da reportagem acerca do aniversário do Estado de Israel. Tal análise buscou refletir a respeito dos depoimentos fornecidos pelas fontes utilizadas, além de refletir, também, sobre quem são essas fontes e de que forma as afirmações feitas por elas corroboram ou rompem com a memória hegemônica. As falas do *off*³ feitas pelo jornalista também foram levadas em consideração, pois é através dessas falas que podemos perceber qual posição o jornal adotou diante dos fatos exibidos – e dos não exibidos também. Através da descrição da reportagem veiculada no *Jornal Hoje*, bem como as imagens utilizadas e os *offs* gravados pelo jornalista que conduziu a matéria, percorremos as pistas mnêmicas para, enfim, problematizá-las.

A instrumentalização do Holocausto

A reportagem é iniciada com o jornalista âncora, Dony De Nuccio, no estúdio, que anuncia o que virá.

Dony De Nuccio: A criação do Estado de Israel foi marcada por conflitos entre árabes e judeus. Conflitos que duram até hoje. Veja na reportagem do Alberto Gaspar.

[O fundo sonoro é um toque suave de violão. Um livro de retratos é folheado por mãos e, logo em seguida, o rosto de um homem idoso, a quem pertencem as mãos, é apresentado em plano fechado, enquanto ele continua folheando o livro.]

(OFF) Alberto Gaspar: Memória de quem esteve lá há quase 70 anos. Seu Joshua tem 85. Nascido na Romênia, ele sobreviveu à perseguição nazista e chegou a Israel em 1950. Nas fotos da época, está sempre fardado.

³ Quando o repórter grava a fala em estúdio e esta é coberta por imagens durante a reportagem.

[Close em uma fotografia do livro, onde Joshua Strul, ex-militar israelense, aparece mais jovem, sorrindo, de uniforme militar e um *rifle* na mão direita]

Joshua Strul: Muita saudade daqueles tempos que eu passei no exército de Israel.

[Ele continua falando e as fotografias de seu passado como militar vão aparecendo na tela]

J.S.: Até eu cheguei a ser instrutor de bazuca.

(OFF) A.G.: Mas a mãe do seu Joshua preferiu que ele viesse para o Brasil anos depois. Aqui, ele fez a vida e uma família grande. Tem dez netos. A moça de 19 anos, hoje, serve o exército israelense.

[A foto da neta vestida em trajes militares, com uma arma pendurada sobre o corpo, sorrindo, é exibida. Em seguida, outra fotografia da moça, encostada em muro, sorrindo, com a arma pendurada no corpo]

(Continuação do OFF) A.G.: O lugar onde ela vive enche o avô de orgulho.

J.S.: Como se desenvolveu, como cresceu. De deserto, colhendo frutas, irrigando a terra árida no [incompreensível], maior refinaria de transformação de água salgada em água potável.

[Imagens de um laboratório israelense são exibidas]

O início da reportagem traz as histórias de Joshua, um homem judeu que conseguiu fugir do Holocausto e chegou a Israel em 1950, dois anos após o Estado ter sido fundado. Já em Israel, Joshua se alistou ao exército e, como ele conta alegremente, chegou a instruir os colegas militares a utilizarem a bazuca, uma arma portátil em forma de tubo que dispara granadas contra tanques de guerra, capaz de destruí-los. Joshua também parece satisfeito porque a neta está seguindo seus passos, atuando junto ao exército israelense. As imagens da moça com um *rifle* pendurado no corpo, sorrindo, são exibidas na tela. A vida em um dos exércitos mais poderosos do mundo parece leve. O senhor exalta a evolução rápida do Estado de Israel, sobretudo as evoluções tecnológicas desenvolvidas em laboratórios israelenses, mencionando, por exemplo, a água potável produzida a partir da água salgada.

Por outro lado, a população palestina sofre com a falta de água potável. Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) acusou Israel de restringir o acesso à água para cerca de

cinco milhões de refugiados palestinos⁴ que vivem em condições sub-humanas graças à dispersão empregada pelo exército israelense. Entretanto, esta informação não é trazida na reportagem.

Para Mariano (2015, p. 200),

A entrevista também tem relação com limitações físicas e cognitivas do entrevistado, suas crenças, interesses e afetos. Lida com o imaginário dos entrevistados e com a sua inserção social, o que envolve classe, etnia, gênero, nacionalidade e outras dimensões identitárias que influenciam o modo como enxergamos o mundo.

Ou seja, os depoimentos dos entrevistados são frutos da forma como eles enxergam o mundo em que habitam e como interpretam suas experiências. Essas interpretações são, portanto, seletivas e se ancoram em memórias individuais e coletivas do grupo ao qual pertence.

Neste primeiro momento, a memória de Joshua é traçada a partir do acontecimento do Holocausto, que dizimou cerca de seis milhões de judeus, principalmente em campos de concentração espalhados pela Europa. O Holocausto, por si só, já reverbera memórias traumáticas que são, inclusive, transmitidas no meio familiar. Conforme Pollak (1992, p. 2), “De fato [...], podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.”. O fato histórico do Holocausto é, também, constantemente abordado em livros didáticos, museus, memoriais, biografias, romances, filmes, documentários, em uma infinidade de produções midiáticas. É sempre reiterado o absurdo dos crimes cometidos pelo Partido Nazista, a fim de reafirmar o que não pode, nunca, se repetir. “Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir.” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.103).

O fato de a reportagem ter sido iniciada com o resgate histórico do Holocausto, através de uma pessoa que afirma ter vivido na pele o horror da perseguição judaica, desloca o espectador a olhar Joshua com compaixão. As fotos de Joshua no exército israelense são exibidas de forma nostálgica, ele mesmo diz que sente saudade da vida militar em Israel. Não é, portanto, uma atribuição negativa que ocorre. Até mesmo o fato de ele explicitar que era instrutor de bazuca é revelado com certo humor.

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/onu-acusa-israel-de-tirar-acesso-de-palestinos-agua-23532208>

A reportagem continua:

(OFF) A.G.: Agricultura, informática, medicina. São mesmo muitos os avanços científicos tecnológicos.

[Imagem de uma bomba sendo explodida, espalhando uma fumaça preta pelo local que não é identificado pela reportagem]

(Cont. OFF) A.G.: Na área militar, inclusive.

Fernando Lottenberg, presidente da Confederação Israelita do Brasil.: A guerra sempre no horizonte. É uma região dura, onde você não pode se permitir ser fraco. Israel não pode se dar o luxo de perder uma guerra, né?

[Imagem, em plano aberto, de várias pessoas aglomeradas em frente ao muro das lamentações. Os quipás sugerem que são judeus, mas há também lenços brancos cobrindo a cabeça de várias pessoas, não fica claro se são muçulmanos]

(OFF) A.G.: O movimento pela criação do Estado judeu começou no fim do século XIX e acumulou vitórias no campo diplomático, nas primeiras décadas do século XX, com apoios importantes na Europa.

[Imagens das vítimas do Holocausto]

(Cont. OFF) A.G.: Mas veio o nazismo e o Holocausto. Com imagens como esta, do Memorial da Imigração Judaica, em São Paulo.

[O repórter aparece no museu, em um ambiente repleto de retratos emoldurados em um material dourado]

(PASSAGEM)⁵ A.G.: A política de extermínio do nazismo, que matou milhões de judeus e espalhou famílias pelo mundo inteiro e, inclusive, aqui para o Brasil, deu o impulso final para a criação do Estado que, hoje, completa 70 anos. Apenas dois anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, veio a histórica votação na ONU sobre a partilha da Palestina.

[Imagens da Assembleia na ONU]

Ao mencionar os avanços tecnológicos feitos em laboratórios israelenses, o assunto *guerra* vem à tona, indicando que o país também produz tecnologias bélicas. Mais uma vez, esse ponto não é visto de forma negativa. O avanço militar, pelo contrário, é colocado de maneira positiva, na medida em que vem acompanhado de avanços na área da medicina, por exemplo.

Logo após a imagem da bomba explodindo, Fernando Lottenberg afirma que Israel não pode se permitir ser fraco, dando a entender que existe uma constante ameaça ao bem-estar da região.

⁵ Quando o repórter aparece falando em algum local que é de importância para a reportagem. O museu, por exemplo.

Essa frase também remete, mesmo que de forma discreta, ao fato de que o povo judeu já sofreu com as perseguições e com o Holocausto e, portanto, não pode ser fraco porque não pode correr o risco de ser perseguido e aniquilado. Então, Israel deve ser forte e combater quem tenta destruí-lo. Mas, Fernando não está se referindo aos perseguidores antissemitas quando diz que Israel não pode se dar ao luxo de perder uma guerra, ele está se referindo aos palestinos, que, aliás, não têm qualquer relação com a perseguição religiosa contra o povo judeu, empregada, principalmente, na Europa.

A memória do Holocausto é utilizada a serviço da manutenção do Estado de Israel, que se justifica como uma saída às perseguições da Europa contra os judeus. Por isso, Israel não pode se permitir ser fraco, porque pode ser novamente aniquilado, na percepção de Fernando.

Mais uma vez, vê-se, que, ainda que de forma discreta, a memória do Holocausto é utilizada para justificar a fundação do Estado de Israel e suas ações de combate aos “inimigos”. Sobre essa instrumentalização do Holocausto, Slavoj Žižek (2014, p. 97) afirma que

[...] deveríamos limitar a convocação do Holocausto a um registro negativo. A única referência permitida ao Holocausto deveria ser uma referência negativa. O Holocausto não deveria ser evocado para justificar/legitimar quaisquer medidas políticas, mas apenas para deslegitimá-las (algumas delas), para impor certos limites aos nossos atos políticos: seria justificado condenarmos atos que manifestem uma *hubris* cuja expressão extrema foi o Holocausto.

Sendo assim, é necessário estarmos atentos às utilizações da memória do Holocausto para fins violentos e que conduzem à aniquilação de um outro povo: os palestinos. Judith Butler (2017, p. 38) nos lembra que “não podemos concluir que os judeus serão sempre as vítimas, seja qual for o cenário político; que sua violência será sempre considerada justa autodefesa. [...] admitir a singularidade de uma história é implicitamente se comprometer com a singularidade de todas as histórias [...]”. Ao deixar de lado a situação dos próprios palestinos, que já estavam no território há centenas de anos, revela-se a criação de um Estado judeu como resolução dos problemas ocasionados pela perseguição nazista, o que acaba por deixar os palestinos em uma situação desfavorável na luta por suas terras de volta, pois se estes se colocam contra Israel, correm o risco de serem considerados antissemitas.

Guerra da Independência x Catástrofe: uma disputa de memórias

O grande ponto de divergência entre a narrativa sionista e a narrativa palestina consiste em que um lado considera o ano de 1948 como a marcação de uma vitória da dita “Guerra da

Independência”, enquanto o outro fala em uma catástrofe – *Nakba*. Se para os judeus sionistas o Estado judeu é um direito, para os palestinos esse direito significa, na prática, a perda de suas terras, posses e liberdade, além de uma violência constante praticada através de assentamentos israelenses ilegais, vigilância constante pelo exército israelense sobre a população palestina, prisões em massa, repressão intensa de protestos palestinos, isolamento de comunidades palestinas através do regime de clausura, etc.

Resumidamente, israelenses afirmam que a criação de um Estado judeu serviu como reparação aos danos que foram causados ao povo judeu na Europa, após o Holocausto. É sabido que a população judia sofreu e ainda sofre constantes perseguições em diversos países. Na época, a ONU afirmou a importância da fundação de Israel para que os judeus pudessem desfrutar de uma vida pacífica e sem perseguição religiosa. Antes disso, a população palestina lutava pelo reconhecimento de uma independência palestina, já que a Grã-Bretanha dominava a região desde a queda do Império Otomano, em 1919. Em setembro de 1947, um Comitê *Ad Hoc* aprovou, ao invés da independência palestina, a partilha do território entre os povos judeu e palestino, através da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 27 de novembro de 1947. A partilha deveria ocorrer até o término do mandato britânico na região, em outubro de 1948. O território foi dividido em três partes para o Estado judeu e três para o Estado árabe; uma sétima área, Jaffa, formaria uma enclave árabe em território judeu, enquanto Jerusalém deveria ser administrada internacionalmente (GATTAZ, 2002, p. 95).

Dentre os problemas da partilha, estava o fato de que a população palestina possuía um crescimento populacional muito superior ao da população judia. Sendo assim, o território destinado à Palestina logo estaria pequeno para a população, enquanto o lado judeu desfrutaria de mais espaço, além das melhores terras e fontes de água. Diante do que os palestinos consideraram injusto, houve a recusa da partilha.

Os acontecimentos posteriores evidenciaram que, para os sionistas, a partilha era apenas um meio de ocupar o território palestino quase em sua totalidade. O que se seguiu foi uma sequência de sangrentas invasões nas aldeias palestinas, o que ficou conhecido como o Plano D,⁶ em abril de 1948. A primeira invasão aconteceu na pequena vila palestina Deir Yassin, que estava localizada a cerca de dois quilômetros a oeste de Jerusalém, próxima a vários assentamentos judeus, na madrugada do dia

6 O Plano *Dalet* consistia em ocupar territórios que não estavam previstos na partilha para o Estado judaico.

nove do mesmo mês. Foram 120 homens sionistas pertencentes às forças armadas (Haganah) e as duas frentes terroristas Irgun e Stern (idem, p. 110), que iniciaram o ataque em Deir Yassin, deixando 254 civis palestinos mortos – grande parte mulheres, crianças e idosos – e quatro mortos entre os invasores (GATTAZ, 2002, p. 112).

De 475 vilarejos e povoados palestinos, “385 foram arrasados por completo, reduzidos a cinzas. Noventa continuaram de pé, desprovidos de suas terras.” (SCHOENMAN, 2008, p. 73). Além disso, as áreas urbanas como Haifa e Jaffa, previstas na partilha como áreas palestinas e Jerusalém – de administração internacional, também foram alvos de ataques. O terror foi espalhado com a força física e psicológica – os sionistas disseminaram o medo através de rádios clandestinas, por exemplo –, que forçaram cerca de 40 mil palestinos em Haifa e 70 mil em Jaffa, a abandonarem suas casas. Entre novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, “cerca de 250.000 palestinos tornaram-se refugiados, abrigando-se nas cidades palestinas que ainda não haviam sido tomadas pelos sionistas, ou nos países vizinhos – especialmente Transjordânia, Líbano e Síria.” (GATTAZ, 2002, p. 117). O número de refugiados palestinos em países vizinhos já chegava a meio milhão em 1949, que somados aos que ficaram nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza, beiravam 726 mil. O êxodo palestino ficou conhecido entre os refugiados como uma catástrofe – *al-Nakba*. Até hoje a versão mais conhecida de 1948 é de que os palestinos saíram de suas casas por conta própria, mas há um esforço da comunidade palestina espalhada pelo mundo em narrar os acontecimentos brutais, ainda que não encontrem um espaço abrangente que seja suficiente para, de fato, confrontar a História.

O passado tem importância para interpretar e reinterpretar o presente e também para definir a identidade do sujeito. As memórias do passado, acessadas para afirmar a identidade e a história sociocultural do sujeito, podem ganhar força à medida que transmitem seus relatos publicamente, através da mídia, por exemplo, ou, ainda, através da família/grupo social a qual o sujeito pertence. Tais referenciais do passado são reafirmados através de uma memória coletiva que trabalha para afirmar a identidade do grupo. Como coloca Michael Pollak (1989, p. 9), “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.”. A memória é, então, “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1989, p. 5). Sendo assim, a memória pode ser individual ou coletiva e estar, ou não, de acordo com uma memória oficial – que domina

através de um grupo que detém o poder sobre uma sociedade (o Estado, por exemplo), que possui credibilidade (a História, por exemplo), e pode ser aderida, ou não, pela mídia (o jornalismo, por exemplo) – é, afinal, uma memória hegemônica.

No jornalismo, a memória ocupa um espaço importante, pois é através dela que as pessoas contam suas histórias. Mesmo acontecimentos do presente costumam ter certa ancoragem no passado. Voltando no tempo, podemos justificar ações do agora e imaginar um futuro possível. Agnes Mariano (2020) afirma que

[...] nas entrevistas, o diálogo entre entrevistador e entrevistado envolve as experiências e representações vividas e construídas por ambos sobre o passado, [...] tais representações dialogam fortemente com suas identidades. Portanto, as entrevistas também são diálogos ou embates entre memórias guiadas por estratégias identitárias. (MARIANO, 2020, p. 2)

Na reportagem aqui analisada, a disputa de memórias é suscitada a partir do entendimento sobre a fundação do Estado de Israel:

(OFF) A.G.: Na assembleia presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, houve dez abstenções, 13 países votaram contra e 33, entre eles, o Brasil, aprovaram a proposta de divisão.

[Infográfico exibe um mapa da região, apontando como deveria ter se dado a partilha do território]

(Cont. OFF): 56% do território para 650 mil judeus, 43% para 1 milhão e 300 mil árabes palestinos. Jerusalém, sagrada para os dois povos, ficaria sob jurisdição internacional. Segundo este professor de direito internacional, a fórmula continha uma dificuldade básica para o estabelecimento de um Estado predominantemente judeu.

Salem Nasser, professor de Direito Internacional na Fundação Getúlio Vargas: É que havia uma armadilha demográfica. Quer dizer, nem mesmo no território que caberia ao Estado judeu, os judeus eram maioria.

[Imagens em preto e branco exibindo revoltas, incêndios, escombros, homens árabes armados]

(OFF) A.G.: Os palestinos não concordaram com a partilha. A tensão explodiu em violência e em guerra declarada pelos países árabes, em 1948. Quando ela terminou, dois anos depois, o território israelense tinha crescido e pelo menos metade dos habitantes árabes estava refugiada em outros países. É o que os árabes chamam de *Nakba*, a Catástrofe.

S.N.: Os israelenses estavam prontos pra guerra em 48, estavam prontos pra guerra em 67, inclusive mais prontos do que antes. Tiveram uma vitória avassaladora.

[Imagens de guerra em preto e branco]

(OFF) A.G.: Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, com o Egito de Abdel Nasser preparado para atacar, Israel atacou primeiro. Tomou as Colinas de Golã da Síria, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai do Egito. Essa última retomada, depois, pelos egípcios. O restante da Palestina histórica, a Cisjordânia e o lado oriental de Jerusalém, que estavam em poder da Jordânia, foram ocupados.

F.L.: É uma... uma situação que foi colocada por conta de uma guerra, né? Que Israel não queria... A Jordânia que ocupava antes esse território. Egito ocupava parte desses territórios. Acho que tudo isso vem, voltando à questão anterior do conflito, da não aceitação pelo lado palestino da partilha.

[Imagens de Jerusalém]

Nesta segunda parte, a reportagem traz uma pessoa para contar a perspectiva dos palestinos. Entretanto, a predileção é por um especialista, o professor Salem Nasser. Não fica claro se ele tem alguma ascendência palestina, sua voz está ali a serviço de uma perspectiva acadêmica e não pessoal, ao contrário de Joshua, que traz um depoimento cheio de emoções, paixões e memórias do que ele mesmo viveu. Nenhuma escolha, no jornalismo, é realizada de forma aleatória, e tal opção de trazer apenas uma pessoa para debater a questão palestina é, no mínimo, duvidosa, principalmente quando essa pessoa não está falando de um ponto de vista pessoal, como Joshua.

As memórias pessoais apresentadas, portanto, são apenas as dos judeus, através do relato de Joshua. Os palestinos não aparecem na reportagem de forma humanizada para contar o que aconteceu na *Nakba*. São apenas números, sem rosto e sem história, sem direito à memória. A *Nakba*, inclusive, só existe na História Oral, não está presente na História oficial, estampada em livros didáticos, por exemplo. Em Israel, o uso da palavra *Nakba* em livros didáticos, é proibido – tanto para crianças judias, como para as crianças palestinas.

A “Lei Nakba” manifesta o temor predominante em Israel de que ensinar às crianças palestinas sua própria narrativa possa lhes dar motivo para mágoa, e de que assim elas tentem “redimir” sua causa perdida. O sentimento das autoridades israelenses, e especialmente dos responsáveis pela educação, é que admitir a *Nakba* conduzirá à destruição de Israel enquanto Estado judeu e dará aos cidadãos palestinos um motivo para se rebelar. (PELED-ELHANAN, 2019, p. 46-47)

Outra observação sobre a reportagem é que, ainda que traga o professor para comentar as ações militares israelenses em 1948 e 1967, há uma predileção evidente pela narrativa sionista. O repórter afirma que Israel atacou as Colinas de Golã prevendo o ataque do Egito. Na realidade, não se sabe com certeza se o Egito estava planejando um ataque. São disputas de narrativas que ficaram

de lado na reportagem, assim como a *Nakba* em detrimento da fundação de Israel como merecimento pelo que foi vivido no Holocausto. Fernando volta à cena e, dessa vez, de forma mais evidente, responsabiliza os palestinos pela guerra que ele diz existir. Pela fala de Fernando, tem-se que Israel nunca quis um conflito armado, que estava apenas se defendendo, como acontece até hoje.

Dessa maneira, as memórias oficiais são novamente afirmadas, deixando pouco espaço para as memórias discordantes. A memória da Palestina é, então, uma memória subterrânea, que ainda não encontrou lugar na superfície e segue afogada por livros didáticos e reportagens como esta que estamos analisando.

É importante ater-se à seletividade da memória e ao fato de que a memória está em constante relação com o esquecimento. Ao acessarmos o passado, o interpretamos no presente e, por isso, tal interpretação está condicionada ao que somos hoje, aqui e agora. O esquecimento é, também, parte indissociável da memória, que trabalha em um constante esforço de reprimir lembranças de eventos traumáticos, por exemplo. É também um trabalho seletivo, pois tendemos a reprimir contradições e possíveis deslizamentos que possam colocar em risco a estabilidade de nossa identidade. Nas palavras de Marialva Barbosa (2019, p. 19), “O passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação que fazemos. [...] A memória configura-se, assim, como um conector fundamental que nutre o passado, ao mesmo tempo em que o torna presente.”

Barbosa (2019) também nos lembra que, através de uma história tida como oficial, o esquecimento pode ser projetado para que uma memória dominante esteja sempre em voga. Porém, no momento em que grupos que não se veem nessa memória dominante decidem abandonar o silêncio, pode existir uma reivindicação que se transforma em uma disputa de memórias e “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, [por exemplo], as reivindicações das diferentes nacionalidades.” (POLLAK, 1989, p. 5).

“Muita história e pouca geografia”: dois povos e um Estado legitimado

Pappé (2016) considera que existe uma limpeza étnica realizada contra a população palestina por meio de métodos que visam dispersar e/ou eliminar os palestinos. À luz da perspectiva de Frantz Fanon (1968) os palestinos podem ser considerados colonizados, enquanto Israel cumpre um papel de colonizador. O autor afirma que:

A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. (FANON, 1968, p. 30-31).

Tal perspectiva encontra reforço em Achille Mbembe (2016), que considera a situação da Palestina como uma ocupação colonial na modernidade tardia. Ele diz que “a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoa ‘apátridas’ em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias).” (MBEMBE, 2016, p. 136).

A Palestina, assim como outros países do Oriente Médio, é, frequentemente, estigmatizada pelos países do Ocidente, incluindo o Brasil. Edward Said (1990) defende que o Oriente é sempre construído por aquele que não pertence ao Oriente, mas acredita ser superior ao sujeito oriental. Essa articulação que retrata o Oriente de forma sempre distante e com ares de colonizador, é chamada de orientalismo pelo autor. Além disso, ele argumenta que “É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a força sobre as quais estive falando até agora.” (SAID, 1990, p. 19). A Palestina, estando no Oriente Médio, é um alvo direto do orientalismo e de representações pitorescas relativas ao mundo oriental. Por outro lado, mesmo Israel estando geograficamente inserido no Oriente, este não é visto de forma orientalista, pois é considerado como o “Ocidente no Oriente”, a “única democracia no Oriente”.

Nesse sentido, a população palestina é frequentemente encarada como um “bando” de rebeldes e terroristas responsáveis pelo entrave na solução de paz comumente encarada como a divisão do território em dois Estados: Israel e Palestina. Não é levada em conta, entretanto, a frequente violação de direitos humanos realizadas contra os palestinos e, tampouco, que o “conflito” estabelecido na região possui características de uma ocupação colonial – o que deveria ser inaceitável.

Na finalização da reportagem, existe uma breve problematização acerca do crescimento populacional dos palestinos e dos israelenses. Entretanto, este breve apontamento deixa de fora as violências cotidianas sofridas pelos palestinos e a palavra “ocupação” sequer é citada.

(OFF) A.G.: Declarada capital indivisível de Israel, Jerusalém ficou sem receber embaixadas estrangeiras por mais de 50 anos. Resoluções da ONU pela retirada dos territórios ocupados nunca tiveram efeito. Só oito mil colonos que viviam na Faixa de Gaza, onde há mais de 1 milhão e meio de palestinos, foram removidos em 2005. Mas a região foi mantida sob rigoroso controle por terra, mar e ar.

[Imagem da fronteira da Faixa de Gaza, em plano aberto]

(Cont. OFF) A.G.: Já na Cisjordânia, os assentamentos israelenses só cresceram. Numa região com mais de dois milhões e meio de palestinos, há perto de 400 mil colonos judeus e outros 300 mil na Jerusalém Oriental. Considerados ilegais pela comunidade internacional, os assentamentos são um entrave importante para a criação de um Estado palestino.

[Imagem do aperto de mão histórico entre Arafat e Rabin]

(Cont. OFF) A.G.: Essa solução, tantas vezes discutida, planejada e até anunciada, ainda é possível? O professor Salem Nasser acha difícil, assim como a manutenção da situação atual a longo prazo.

[Imagens de vários homens palestinos puxando uma corda, uma fumaça escura ao fundo]

(Cont. OFF) A.G.: É que a população de palestinos cresce mais que a de israelenses.

S.N.: E a demografia aparece *pra* eles como o grande... o grande fantasma porque eles irão... "Como é que nós podemos ser um Estado judeu se nós temos uma maioria populacional que não é judia?" Então, em fases diferentes essa solução de um Estado poderá aparecer como um pesadelo pra um, ou pra outro campo.

J.S.: E eu acho que meu bisneto e tetraneto (sic) vai chegar neste dia onde haver (sic) dois Estados para dois povos.

F.L.: É uma região que tem muita história pra pouca geografia, né? É pequeno, não tem solução fácil, trivial. Vai ser doloroso, vai ser difícil, mas acho que precisa continuar tentando.

Mais uma vez, o professor aparece e expõe suas impressões sobre a situação de Israel e da Palestina. Para ele, tanto a manutenção da situação atual quanto uma solução que seja viável para os dois povos, parece quase impossível. Ele traz dados sobre a demografia da região para justificar seu posicionamento. Logo adiante, Joshua reaparece e diz que acredita que haverá dois Estados para os

dois povos. É como se a afirmação do professor, que está representando os palestinos, confirmasse o que Fernando disse, que a guerra existe porque o lado palestino se recusa a cooperar. A reportagem se encerra com a afirmação de que apesar de doloroso e difícil, é preciso continuar tentando. Esta última declaração, proferida por Fernando, não diz o que exatamente devem continuar tentando, dando brechas a múltiplas interpretações.

Considerações finais

Considerando que “os meios de comunicação de maneira geral, [...], produzem uma articulação textual baseada na noção de testemunho.” (BARBOSA, 2019, p. 21), podemos e, devemos olhar criticamente, para os testemunhos que são priorizados na construção das reportagens que envolvem disputas de memória por trás. No caso aqui analisado, há uma certa preponderância à memória oficial, em detrimento de memórias subterrâneas, sufocadas até hoje.

A partir da distinção entre História (tida como oficial) e memória (tida como relatos orais), Barbosa (2019, p. 21) também afirma que “o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória”. Dessa forma, para ela, os meios de comunicação são também produtores de memórias que serão consideradas válidas, inscrevendo-se na História. Através das entrevistas, o jornalismo evidencia os aspectos da memória que são trazidos nas falas das pessoas entrevistadas. Para Mariano (2015, p. 202), “quando alguém diz a sua versão dos fatos numa entrevista, estará sempre fazendo uma reconstrução do que ocorreu. Uma reconstrução do que ocorre no presente, influenciada por crenças, interesses, percepções e conhecimento do presente.”

Na reportagem do *Jornal Hoje*, vimos a instrumentalização do Holocausto acima de qualquer relato mais específico sobre a *Nakba*. As memórias individuais são, sim, trazidas, mas apenas através de Joshua. Não há um palestino para narrar os acontecimentos do ano da fundação de Israel. Pollak (1992, p. 4) argumenta que

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

Existe, portanto, uma nítida negação da *Nakba*, a medida em que ela é praticamente inexistente no debate da esfera pública. Essa memória traumática, entretanto, segue resistindo entre as famílias palestinas, mesmo sem encontrar espaço em publicações tidas como oficiais. Pappé (2016, p. 29) diz que “não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo.” Dessa forma, conclui-se que a reportagem do *Jornal Hoje* contribui com esse esquema de silenciamento sobre a *Nakba*, visto que não a contextualiza com o mesmo afincamento que o fato do Holocausto. A reportagem, então, corrobora com a memória oficial hegemônica.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula N. SANTOS, Myrian S. História, Memória e Esquecimento: Implicações Políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 1, n. 79, p. 95-111, 2007.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis, **Matrizes**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2019.
- BUTLER, Judith. Tarefa impossível e necessária: Said, Lévinas e a exigência ética. In: BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 37-60.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada**. São Paulo: Usina do Livro, 2002.
- HAMBURGER, Esther. Telenovelas e Interpretações do Brasil. Lua Nova. **Revista de Cultura e política**, v. 82, 2011.
- MARIANO, Agnes. Memórias coletivas em disputa: o embate entre memórias e estratégias identitárias em entrevistas jornalísticas [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0301. jan/abr. 2020.
- _____. Verdade e ficção na produção jornalística: entrevista e memória. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n.2, p. 193-205, 2015.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.
- PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.
- PELED-ELHANAN, Nurit. **Ideologia e propaganda na educação: A Palestina nos livros didáticos israelenses**. São Paulo: Boitempo; Editora Unifesp, 2019.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RESENDE, Fernando Antônio; ROSSIGNOLI, Letícia. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). **Galaxia**, São Paulo, n. 30, p. 86-98, dez. 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015223289>

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. **Lugar comum**, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.

SAID, Edward W. Introdução. In: SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-39.

SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo** - A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

SILVERSTONE, Roger. **A textura da experiência**. In: SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo, Edições Loyola, 2002, p. 11-32.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.